



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB  
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH  
CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM  
HUMANIDADES - BHU**

**PEDRO HENRIQUE LIMA RODRIGUES**

**CORPOS TRANSGRESSORES: ACUENDANDO AS  
VIVÊNCIAS DA TRANSEXUALIDADES NA ACADEMIA**

**REDENÇÃO/ACARAPE**

**2021**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Relatório de vídeo e ficha técnica de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título Bacharel em Humanidades.

### **CORPOS TRANSGRESSORES: ACUENDANDO AS VIVÊNCIAS DAS TRANSEXUALIDADES NA ACADEMIA**

**PEDRO HENRIQUE LIMA RODRIGUES**

Data da aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

**REDENÇÃO/ACARAPE**

**2021**

*“Não queimem as bruxas  
Mas que amem as bixas,  
Mas que amem  
Que amem  
Clamem  
Que amem  
Que amém  
Que amem as travas  
Amem as travas também  
...  
Amém”*

*Linn da Quebrada*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pelo acalento em momentos de ansiedade, em seguida à minha orientadora, Suele Alves, pelo apoio e confiança na caminhada para conclusão desse trabalho. À minha mãe, pelo amor e carinho, por sempre me incentivar a continuar estudando, uma referência de humanidade, te amo.

Às minhas amigas, Larissa, Letícia e Nádia, pelo suporte em momentos de dificuldade, a amizade de vocês me salvou em situações crucias, me fazendo ter certeza de que não estava só. Ao meu amigo Cleuzivan pelos bons dias diários, me fez lembrar que eu podia contar com sua amizade.

Gratidão às travestis, transexuais, não-binárias e todas as pessoas trans, que de alguma forma foram e são referências na construção da minha identidade, obrigado, é por nós.

Obrigado ainda, a quem contribuiu de forma direta ou indiretamente para realizaçãodesse trabalho.

Muito Obrigado!

## **RELATÓRIO DE PESQUISA E COMPOSIÇÃO DO VÍDEO**

Título do vídeo: **Corpos Transgressores**

Duração do vídeo: 27'00''

Créditos:

Pesquisa - Pedro Henrique Lima Rodrigues;

Orientação - Antonia Suele de Souza Alves;

Filmagens - Sol Alves, Michel Vincent Sampaio, Alucas Lima, Nairóbi Souza e Harley Almeida;

Edição e montagem: Harley Almeida;

Entrevistados: Sol Alves, Michel Vincent Sampaio, Alucas Lima, Nairóbi Souza.

## RESUMO

O presente trabalho intitulado “Corpos Transgressores: acucendando as vivências das transexualidades na academia” tem como objetivo apresentar, através de um documentário, relatos de experiências de corpos trans nos espaços sociais, em especial, na escola e na universidade. Partindo da compreensão de que a sociedade se organiza através de uma estrutura normatizadora e, em consequência disso, as minorias, sendo uma delas as pessoas trans, sofrem com essa normatividade. Buscamos evidenciar como os marcadores sociais se interseccionam e nos ajudam a entender os processos que assolam a comunidade trans, bem como as minhas subjetividades, sendo também um corpo trans não-binário se entrelaça ao decorrer da produção, nos ajudando a perceber onde as outriedades se deslocam produzindo para corpos trans uma vulnerabilização o tornando, de certa forma, “o Outro, do Outro, do Outro” (NASCIMENTO, 2021). A partir de uma pesquisa bibliográfica e aplicação de entrevistas para a produção de um documentário audiovisual, colhemos relatos de experiência de pessoas trans, das quais, os resultados evidenciaram problemáticas de descasos na escola e na universidade frente a abordagens relacionada a corpos trans, que denunciam a necessidade de atenção para essas temáticas na busca de dar voz a corpos socialmente invisibilizados.

Palavras-Chaves: Corpos. Transexualidades. Universidade. Resistência.

## SUMÁRIO

|                                                                                      |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>                                                            | <b>09</b> |
| 1.1 Transexulidades e educação .....                                                 | 09        |
| <b>2. MÍDIA E A TRANSFOBIA.....</b>                                                  | <b>11</b> |
| <b>3. ATRAVESSAMENTOS NO CORPO TRANSGÊNERO, UM OLHAR<br/>    INTERSECCIONAL.....</b> | <b>12</b> |
| <b>4. O PROBLEMA DA CISGENERIDADE.....</b>                                           | <b>14</b> |
| <b>5. PROCESSO DE CRIAÇÃO REMOTA DO AUDIOVISUAL.....</b>                             | <b>15</b> |
| <b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                  | <b>17</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS.....</b>                                                           | <b>18</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.2 Transexulidades e educação

Uma pessoa transexual é aquela ou aquele que se identifica com um gênero que difere daquele designado no nascimento, essa é a definição encontrada no *google* ou em algumas dos dicionários, definição um tanto limitante, mas que serve para iniciarmos o diálogo sobre transexulidades. Me apoio também na intelectual e psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus, na tentativa de explicar o que é transexualidade, segundo Jesus, é o “Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica.” (JESUS, 2012, p.27). Inicialmente, podemos partir dessas ideias para tentar compreender o que é ser transexual, deixando marcado que essas definições, quase que congeladas, só servem para facilitar a discussão com pessoas menos cientes desse assunto, por tanto as transexulidades são múltiplas e diversas muitas delas não seguem os parâmetros binários para se definirem.

Uso transexulidades no plural justamente para evidenciar o fato das várias possibilidades de existências trans, eu defino a transexualidade a partir de mim, das minhas vivências, do espaço onde habito, reconheço em meu corpo a capacidade transformadora de mudança, de construir minha identidade sobre as várias chances de ser eu, onde ignoro os ideais impostos da cisheteronormatividade sobre o meu corpo e crio minha identidade sobre o olhar da liberdade. Eu, uma pessoa trans não-binária, invoco um corpo construído através das vivências que tenho comigo mesma, pensando e sentindo sozinha no meu quarto, em ambientes sócias, usando até outros, como que também transgredem do padrão binário para formular a minha forma de reivindicar meu corpo trans.

O movimento LGBTQIA+ é um coletivo criado para facilitar as nossas agendas na busca por direitos mais equiparados, visto que somos minorias somente em direitos, dentro dessa sigla a letra T que abreje todas as transgeneiridades (Transexuais, Travestis e Não-binários) está localizada em uma situação de maior vulnerabilidade, costumo pensar que nós, pessoas trans, não somos feitas para embrulhar para presente, se pensar que não podemos nos disfarçar, esconder quem realmente somos, sem sucumbir a uma

tristeza, nossos corpos não se camuflam, não dá para esconder que maria agora quer ser tratada como maria por todos e não só em quatro paredes.

Convém lembrar que os nossos direitos básicos são negados, direitos como a educação por exemplo, que são resguardados pela constituição de 1988, em síntese, a Constituição está comprometida em proporcionar educação de qualidade, gratuita e para todos, pois educação é dever do Estado e da família. Nesse sentido, o sistema de colaboração educacional, que na verdade se trata do plano colocado em prática, considerando a junção de responsabilidade do governo federal, governos estaduais e os governos municipais, cada um desses tem a responsabilidade por uma parte da educação. O município responsável pelos anos iniciais, o estado pelo ensino médio e o federal pelo ensino superior. Essas três partes vão dar na construção para o sucesso da educação. É de extrema relevância citar essa estrutura porque para a educação acontecer é importante que tenha um processo articulado entre as instituições estatais e a sociedade civil organizada visando a constituição de leis e a construção de instrumentos a partir do trabalho democrático e participativo. Além da Constituição, temos a resolução N° 12 de 16 de janeiro de 2015, que estabelece os parâmetros para a garantia de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino. Nessa mesma resolução, há artigos que nos asseguram direitos básicos para as nossas permanências nos espaços educacionais como:

Art. 1°. Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado; Art. 6° Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito; Art. 8° A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável. (BRASIL, 2015).

Entretanto, mesmo com esses parâmetros que nos mostram para onde devem apontar essas políticas afirmativas da equidade de gênero, que por sua vez sugerem o mínimo. Na atualidade as realidades das pessoas trans, ainda se encontram desfavoráveis a nós. Muitas não aguentam a pressão de estarem em um ambiente escolar hostil, que não respeita seu nome e pronome, são convidadas a se evadirem do ensino, por tanto, dificultando a inserção qualificada no mercado de trabalho. O que corrobora para a

construção deturpada das transexualidades, onde muitas pessoas trans se encontram sem conseguir emprego ou com subempregos, um exemplo disso é realidade de algumas meninas trans, que buscam na prostituição algum subsídio para sobreviver, onde cerca de 90% das travestis e transexuais tem a prostituição como fonte de renda para sua sobrevivência (ANTRA, 2018, p.18).

## 2. MÍDIA E A TRANSFOBIA

Qual a imagem que a mídia passa para a população referente às pessoas trans? Sabemos que, em sua grande maioria, é passada uma ideia marginal em relação às pessoas trans. Só lembram da nossa existência quando é para nos criminalizar, somos toda/os criminoso/os, para nos exotificar, “O homem que virou mulher”, “A mulher que quer ser homem”, para nos ridicularizar, somos então motivo de riso para cishetero quando fazem piadas que envolvem uma pessoas trans se relacionar com uma pessoas cis por exemplo, dizem; “foi enganado”, somos chacota nos carnavais quando usam nossas identidades como fantasia, e também para nos hipersexulizar, somos toda/os máquinas de fazer sexo.

Essas representações passadas através da mídia e pelos meios de comunicação, por exemplo a mídia televisiva que por meio das suas programações de novelas e dos telejornais, constroem pensamentos midiáticos sobre nossas identidades, que por sua vez, contribuem para a construção de uma sociedade transfóbica. Dito isso, percebemos a importância desse documentário que, para além de uma produção científica para a conclusão de um curso superior, trata também da notoriedade de uma pessoas trans estar produzindo um audiovisual, falando sobre transexualidades, usando suas vivências como suporte para potencializar o referencial teórico, fazendo com que outras pessoas trans se sintam à vontade para compartilhar suas vivências, construindo assim, um material que pode ser usado como ferramenta pedagógica nos ensinamentos sobre identidades e gênero.

Nós, pessoas trans, já somos constantemente desumanizadas, colocadas em um lugar subalternizado, por isso, a crítica à forma como somos repassadas pela mídia é relevante, as más ideias sobre nossas existências criam um senso comum sobre nossos corpos, causa para estarmos nas margens da sociedade. Esse não-lugar aparece nos debates feministas por meio do conceito de Outro pensado por Beauvoir (1970), que vai falar que a mulher se difere pelos parâmetros do homem, esse homem que é o sujeito, o

absoluto; e ela a mulher, consequentemente, o Outro. Assim, também, para falar desses processos de não existência, Grada Kilomba (2019) vai nos dizer que a outridade se dá de forma diferente para mulheres negras, já que seus cruzamentos com raça e gênero impedem de ser colocadas no mesmo bojo que mulheres brancas, sendo assim, podendo ser pensadas como o Outro do Outro. Deste modo, como a transfeminista Leticia Nascimento afirma:

Como mulheres transexuais e travestis, os deslocamentos da outridades se movem de modo a produzir a vulnerabilização de nossas existências. Nossas auteridades estão além; somos, de certa maneira, oOutro do Outro do Outro, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher. (NASCIMENTO, 2021, p.52).

Dessa maneira, é notável que nós, pessoas trans, não podemos nos definir sem sermos questionadas; “não, você não é”, “você não pode ser”, “sua genitália diz que você é isso”, cabe somente às pessoas cis dizerem o que são e a nós sobra o limbo existencial.

Silva (2000) nos apresenta o significado de diferença indicando ser “aquilo que é e aquilo que não é”. Essa afirmativa nos faz entender que existe na sociedade uma estrutura que através de construções sociais, afirmam e negativam constantemente tudo que é considerado diferente, ou seja, fora do padrão cisnormativo, e consequentemente surgem estereótipos que colocam indivíduos diferentes a margem da sociedade.

Em vista disso, a produção de um audiovisual abordando as temáticas de identidades transexuais, nos ajuda a criar uma ferramenta que busca romper com o conjunto de estereótipos presentes no senso comum sobre corpos trans. De certa forma, também nos assegura a possibilidade de sermos nós mesmas, quebrando aos poucos o ideal preestabelecido, até para sermos reconhecidas como pessoas trans. Não somos o outro de ninguém, senão de nós mesma.

A seguir, trataremos sobre o conceito de interseccionalidade e sua importância para a reflexão dos marcadores sociais que atravessam a vivência de pessoa trans.

### **3. ATRAVESSAMENTOS NO CORPO TRANSGÊNERO, UM OLHAR INTERSECCIONAL**

O termo interseccionalidade foi criado pela feminista Negra norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw, socióloga e jurista no final da década de 80 onde a mesma cunhou o termo interseccionalidade que veio a ter sucesso dentro do campo de estudos feministas, estudos de gênero e estudos raciais críticos. No entanto, o conceito de

interseccionalidade faz parte da elaboração teórica de feministas negras, há muito tempo antes de Crenshaw sistematizar teoricamente uma série de escritos e materiais de reflexão de autoras negras anteriores que já tinham posto em pauta essa ideia acerca das relações de dominação que operam de formas interligadas e interdependentes nas relações de dominação em termo de gênero raça e classe, o qual evidenciavam que a própria experiência da dominação não pode ser reduzida a uma experiência comum como fazia o feminismo branco hegemônico, que enfatizava e priorizava a experiência da dominação de gênero sexista como se fosse esta a dominação que todas as mulheres tinham em comum, com isso, as autoras negras acrescentariam que existem outras formas de dominação como o racismo e de classe que andam juntas, sendo necessário fazer uma crítica sobre a maneira que o sistema de dominação opera para definir a experiência de opressão que uma mulher racializada sofre, uma vez que as suas experiências são perpassadas por outros marcadores sociais. De acordo com Kyrillos “a interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea” (KYRILLOS, 2020, p.1).

Dito isso, o conceito de interseccionalidade pode ser aplicado também para fomentar a discussão sobre vulnerabilidade ainda maior que corpos trans negros, periféricos, com deficiência passam através dos cruzamentos que seus marcadores sociais fazem. Sabemos que a quantidade de pessoas trans que chegam a ingressar num curso de nível superior é ínfima, se colocamos em xeque outros marcadores como negritude e classe, os números se tornar mais inexpressivos, por tanto, é imprescindível que, ao falar sobre transexualidades pontuemos marcadores como raça e classe.

A interseccionalidade é considerada uma noção fundamental utilizada pelos feminismos negros, assim como pelos feminismos pós-coloniais, decoloniais e o transfeminismo para entender as ações multifacetadas nas relações de dominação que fazem parte das experiências das mulheres cis e trans racializada. Ou seja, a interseccionalidade é uma noção que o feminismo negro e outros feminismos utilizam para evidenciar o fato de que a dominação existente na experiência de opressão de gênero, de opressão patriarcal sobre as mulheres negras cis e trans está sempre presente em outras formas de dominação em termos de raça, classe e gênero, onde as mulheres racializadas terão sempre uma experiência qualitativamente diferente da experiência de dominação sexista de uma mulher branca cisgênera.

Desta forma, entendemos que, ao falar de interseccionalidade, estamos a tratar de um instrumento de análise para entender como funciona a dominação e as múltiplas

facetas interligadas da mesma. Segundo Crenshaw “a interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas” (CRENSHAW, 2002). Nesse sentido, os atravessamentos que corpos trans racializados, de classe baixa, gordo e ou Pcd (Pessoa com deficiência) passam, precisam fazer parte desses debates, usando o conceito de interseccionalidade podemos visualizar de forma mais concretas como esses corpos são atravessados.

#### 4. O PROBLEMA DA CISGENERIDADE

Ao pensar transexualidades, consequentemente temos que tratar da transfobia que nossos corpos são submetidos diariamente, por tanto é viável falar de onde se origina essa transfobia, se não que das pessoas cis, isso então nos revela que o problema da transfobia é também das pessoas cisgênero, segundo Jesus (2012) cisgênero é um: “Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.” (JESUS, 2012, p.25). As pessoas cis detêm de privilégios dentro do nosso *CISstema*, a começar pelo fato de não terem suas identidades constantemente negada ou invisibilizada, possuem mais acessos a lugares que nós transexuais não alcançamos.

Vivemos em um período em que existem inúmeras divergências de pensamentos que causam tensões dentro do debate sobre gênero e sexualidades. Atualmente está claro que a sociedade atual busca a derrubada de conquistas alcançadas durante anos de lutas. A negatização em torno de temáticas voltadas a gênero, sexualidade, diversidade assim como a produção de direitos políticos e sociais nesse campo são questionados. Muitas das afirmativas equivocadas têm em sua base a invenção do chamado “ideologia de gênero” formulada partir da religião católica a fim de orientar as famílias da congregação na década de 1990 a 2000. Nesta afirmativa o cenário atual social afirma que feministas, LGBTQIA+ e defensores em geral dos direitos sociais, querem promover a imposição da “ideologia de gênero” sobre a sociedade, e essa ideia vêm se arrastando ao longo dos anos mesmo após muitas conquistas alcançadas. A produção no campo da sexualidade e gênero são atingidas e se veem na necessidade de construir ao mesmo tempo que precisa buscar a desconstrução da realidade, cujo está repleta de ideias equivocadas sobre as temáticas citadas (COLLING, 2018)

Por isso, devemos salientar que a cisgeneridade tem um papel crucial na luta contra a discriminação de pessoas trans, reconhecendo seus privilégios e se tornando aliadas a causa trans. Para Letícia Nascimento “O conceito de cisgeneridade convida as pessoas cis a se colocarem diante de um espelho para que mirem a si mesmas e percebam que seus gêneros são tão artificiais e produzidos como os das pessoas trans\*” (NASCIMENTO, 2021, p.92), nesse sentimento dizer que pessoas trans não são, quem diz ser, por não serem naturalmente esse ideal de mulher/homem, é por tanto assumir que as pessoas cis não reconhecem em si, seus próprios processos de identidade.

## 5. PROCESSO DE CRIAÇÃO REMOTA DO AUDIOVISUAL.

A pesquisa partiu de um estudo bibliográfico a fim de selecionar autores sobre a temática aqui apresentada para dar respaldo ao trabalho. A priori, a ideia de desenvolvimento da pesquisa tinha como foco o espaço escolar, com a utilização de relatos de experiência escritos, que seriam analisados e comporiam um projeto de pesquisa. No entanto, com a incidência da situação pandêmica, o trabalho de pesquisa tomou outros rumos, tendo que se adaptar a nova realidade. Desta forma, resolvemos reformular a metodologia e aplicá-la através da coleta de relatos a partir de áudio, o que resultou em mais complexidade, pois, neste momento, surgiu a possibilidade da produção de um documentário audiovisual.

Com a nova reformulação metodológica, o desenvolver do trabalho se deu em quatro momentos. Inicialmente fizemos a pesquisa bibliográfica, em seguida foi feito um convite aos participantes para que através de uma gravação visual pudessem trazer seus relatos de experiência, a partir de suas vivências pessoais. No mesmo convite, foi marcado o terceiro momento da pesquisa, uma reunião via google meet com os participantes, o objetivo da gravação via google meet foi montar um filme sobre transexualidades, ilustrando e usando relatos de experiência da realidade de pessoas trans no ambiente escolar e na universidade. Com as gravações já colhidas, partimos para a quarta parte da pesquisa, a construção do filme, esse se deu através das gravações dos convidados e também de imagens pessoais. Para a construção do documentário, propusemos os seguintes pontos a fim de direcionar os relatos de acordo com o foco da pesquisa, sendo estes:

- *uma lembrança relacionada com o fato de existir em um espaço não pensado a pessoas trans;*

- *um acontecimento que sirva como denúncia, contra a falta de conhecimento em relação à transexualidade e à transfobia direta.*
- *um episódio que mostre uma ação afirmativa que lhe ajudou ou ajuda a passar pelo processo de educação médio e/ou superior.*

A contribuição dos relatos de experiências se deu através de quatro participantes, sendo, Sol Alves, Travesti Bacharela em Humanidades, Graduanda em Antropologia pela UNILAB, 24 anos, atualmente reside na cidade de Pacatuba - CE; Michel Vincent Sampaio, Trans Masculino, Bacharel em Humanidades e Graduando em Antropologia pela UNILAB, reside na Capital do Ceará, Fortaleza; Alucas Lima, Trans Não-Binare, Bacharel em Humanidades e Graduando em Farmácia pela UNILAB, 23 anos, atualmente reside em Guaiúba – CE e Nairóbi Souza, Travesti negra, Bacharela em Humanidades pela UNILAB, natural de Quixeramobim – CE, atualmente reside em Fortaleza – CE. Essa foi a forma com que os participantes se apresentaram, importante ressaltar que a coleta dos relatos de experiências via vídeo ou áudio foi feita de forma remota, tendo em vista que estamos em uma situação pandêmica, logo a coleta do material aconteceu de forma independente pelos participantes, respeitando assim, o distanciamento social. Todo o esforço feito para tentar alcançar os objetivos pensados e citados logo adiante.

Como o propósito de compreender a vivência trans na universidade, tendo em vista as dificuldades que atravessam esses corpos, pensando em como suas interseções afetam na permanência a vida universitária traçamos objetivos específicos para este trabalho:

- Proporcionar um aparato que possa ser usado como ferramenta pedagógica no ensino sobre questões trans;
- Apresentar a vida de corpos marginalizados na academia como forma de denúncia e representação;
- Promover um material que traga abertura a diálogos sobre corpos dissidentes.

Em suma, a coleta de dados aconteceu ao longo de uma sequência de atividades: análise bibliográfica, relatos de experiência, gravação via meet e construção do filme. A produção através do audiovisual é uma ferramenta que nos possibilita a observação de características particulares das experiências dos participantes. Sua utilização nos ajuda a

ir ao encontro desses corpos, mesmo à distância, revelando um material de total importância para a construção de conhecimento a cerca das vivências de corpos trans.

Com o interesse na perspectiva do conceito lugar de fala, trazido na obra “O que é lugar de fala?”, pela Filósofa, Djamila Ribeiro (2017), podemos enfatizar a relevância de uma metodologia pautada na ideia de relatos de experiência, visto que estamos tratando de grupo socialmente e historicamente subalternizados, ao pensar por tanto que as experiência vivida por uma travesti negra, original do sertão central de Quixeramobim, dentro da universidade, pode ser e é relevante para a análise de grupo minoritário em direito e acessos, que mesmo sendo um relato individual em uma perspectiva única, diz também sobre a localização social em que esse corpo está inserido, diante disso o lugar de fala desses corpos subalternizados, são importantes para e contra o pensamento hegemônico que não se produz saberes fora da academia, nós, pessoas trans, podemos cruzar nossas vivências com pensamentos intelectuais e criar, a partir disso, novas possibilidades de saberes.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

O trabalho buscou correlacionar vivências e teorias com objetivo de proporcionar um aparato que possa ser usado como ferramenta pedagógica no ensino sobre questões trans, e de fato o desenvolvimento do audiovisual proporciona alcançar essa meta, assim também, como fornece um aparato visual de denúncia contra a discriminação de corpos dissidentes dentro da academia, promovendo assim uma abertura representativa para que esses corpos possam falar sobre suas dificuldades e conquista.

Os conceitos trazidos nos ajudaram a compreender os processos de vulnerabilidade que pessoas trans passam no percurso do ensino, assim, junto ao relatos de experiência, constatamos que essa vulnerabilização não cessa ao chegar ao ensino superior, que a realização de uma imagem negativa passada pela mídia e os meios de comunicação acarretam na fortificação de um senso comum transfóbico, acarretando inúmeras possibilidades de atravessamentos, usando o conceitos de interseccionalidade, podemos entender como esses cruzamentos se fazem presente nas vivências de pessoas trans, mas especificamente, como lidam com esses desdobramentos vinculados à universidade.

Os relatos visuais e em áudio dos participantes nos indicam a confirmação dessas vulnerabilidades, nos direcionando as problemáticas com relação as cisgeneridades, que

nesse caminho é crucial que pessoas cis reconheçam seus privilégios e se juntem a nós para fortalecer nossa causa, falando das nossas agendas, partindo lugar social onde estão inseridos, a compreensão do conceito *lugar de fala* se dá também através da ideia do sujeito que entende de onde está falando, desse modo, não silenciando pessoas trans, mas fazendo caminho para o eco de nossas vozes percorrerem e chegarem onde normalmente não chegam.

Dessa forma, se torna importante trabalhar sobre essas questões, visando tomar a voz que nos foi tirada, fazendo acontecer o reconhecimento que corpos trans, podem construir saberes intelectuais, produções audiovisuais com êxito, sem serem menos científicas por estarmos falando de algo tão próximo a nós, vamos continuar aqui, produzindo e aterrorizando os gêneros.

## 7. REFERÊNCIAS

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Prod. Bruna Benevides Secretária de Articulação Política da ANTRA. Rev. Keila Simpson (Presidenta ANTRA). Disponível

<<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos2017antra.pdf&ved=2ahUKEwj04J6pr6nyAhWlqZUCHUHRAQ0QFnoECAsQAQ&usq=OvVaw1aorbHVuN-5hiA5xzsNrqJ>>. Acesso em 11 de Jul. 2021.

BRASIL. Legislação Constituição Federal de 1988 – Art. 3º e 227. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_04.02.2010/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf)

BRASIL, Secretária de Direitos Humanos. Conselho Nacional de combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Resolução nº12, de 16 Jan. 2015. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/sdh/resolucao\\_cndc\\_lgbt\\_n12\\_2015\\_parecer\\_ref\\_identidade\\_de\\_genero\\_na\\_educacao.pdf&ved=2ahUKEwilstDRwLvyAhUcrJUCHaS4DcgQFnoECAUQAQ&usq=AOvVaw0W3s-6lhpSHLdCksq--nsS&cshid=1629321816358](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/sdh/resolucao_cndc_lgbt_n12_2015_parecer_ref_identidade_de_genero_na_educacao.pdf&ved=2ahUKEwilstDRwLvyAhUcrJUCHaS4DcgQFnoECAUQAQ&usq=AOvVaw0W3s-6lhpSHLdCksq--nsS&cshid=1629321816358). Acesso em 5 de Jul. 2021.

COLLING, Leandro. Gênero e sexualidade na atualidade. Salvador: UFBA, instituto de Humanidades, Artes e ciências; Superintendência de Educação a distância, 2018.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2002. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4587063/mod\\_resource/content/1/Kimberle-Crenshaw.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4587063/mod_resource/content/1/Kimberle-Crenshaw.pdf)>. Acesso em 25 de Jul. de 2021.

BEAUVOIR, Simone. O Segundo sexo – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020. P. 1-12.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Transfeminismo/ Leticia Caroline Pereira do Nascimento. São Paulo: Jandaira, 2021.

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala?/ Djamila Ribeiro. Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (Org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.